



Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador compara o ranking olímpico com o do PIB e da população

Cristovam: políticos são culpados pelo fraco desempenho nas Olimpíadas

O baixo número de medalhas conquistadas pelo Brasil em Londres deve-se à falta de investimento nas escolas, que deveriam ser celeiros de atletas, disse ontem Cristovam Buarque.

— Quem tem de pedir desculpas ao povo brasileiro não são atletas, como fez Diego Hypólito. Somos nós, os políticos — disse. **3**

Ministro propõe fundo único para servidores

As previdências complementares do Executivo e do Legislativo poderão ficar a cargo de uma só fundação pelo menos nos dois primeiros anos, segundo proposta apresentada ao presidente do Senado por Garibaldi Alves Filho



Jonas Pereira/Agência Senado

Garibaldi reúne-se com Sarney para apresentar a proposta de fundo único

Para o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, a junção dos fundos de previdência dos dois Poderes facilitaria a organização e a consolidação do regime, que deve estar funcionando até o início de 2013.

A previdência complementar, prevista em lei aprovada este ano pelo Congresso e já sancionada, pôs fim à garantia de aposentadoria integral para novos servidores acima do teto da Previdência, hoje em R\$ 3.916,20. **2**

Comissão analisa fim de salário para vereadores em 90% das cidades 3

Ex-segurança de Demóstenes quer ficar em silêncio na CPI amanhã 2

especial Cidadania

INSS tenta melhorar perícia médica no país

Desde junho, três agências do INSS no Rio Grande do Sul realizam perícias médicas eletrônicas para tentar

agilizar o atendimento. Exame é essencial para atestar a incapacidade para o trabalho e a concessão de

benefícios como o auxílio-doença. O *Especial Cidadania* traz um guia para quem precisa do serviço. **4**

Pedro Franco/Agência Senado



Agência do INSS em Brasília: quadro reduzido de peritos está sobrecarregado por causa da grande procura pelo serviço



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador cobra mais cuidados com a saúde da criança e da mulher

Atenção básica à saúde deve ser questão federal, diz Mozarildo

A União deveria arcar com os maiores repasses para a atenção básica à saúde, defendeu Mozarildo Cavalcanti. Ele propõe um trabalho mais próximo dos técnicos das delegacias estaduais do Ministério da Saúde e de entidades como a Funasa. **3**

Ministro da Previdência se reúne com o presidente do Senado para propor junção que facilite a organização e a consolidação dos fundos do novo regime de aposentadoria dos servidores públicos

Um só fundo de previdência para Legislativo e Executivo

AS PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES do Executivo e do Legislativo poderão ficar a cargo de uma só fundação. A informação é do ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, que se reuniu com o presidente do Senado, José Sarney. A junção, segundo o ministro, facilitaria a organização e consolidação dos fundos, que funcionariam juntos nos dois primeiros anos e poderiam, depois, ser separados.

— Sarney ficou de aprofundar a discussão juntamente com a direção-geral da Casa e com a Câmara para essa integração — disse Garibaldi.

A Lei 12.618/12, que trata da previdência complementar, prevê a criação de três fundações, uma para cada Poder. O prazo é de 180 dias a partir da publicação da lei, em 2 de maio, mas elas só começarão a funcionar após autorização do órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência



Após reunião, Garibaldi explica que Sarney vai aprofundar a discussão

complementar. A expectativa do ministro é de que o novo regime entre em funcionamento até o início de 2013.

A previdência complementar pôs fim à garantia de aposentadoria integral a servidores que recebessem acima do teto do Regime Geral da Previdência Social, hoje no valor de R\$ 3.916,20. Esses servidores terão de aderir à previdência complementar.

A regra só será obrigatória para quem ingressar no serviço público depois do funcionamento dos fundos.

Em julho, o Congresso aprovou a abertura de crédito de R\$ 100 milhões em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento. Os recursos serão usados para a criação das fundações.

CPI: ex-segurança de Demóstenes quer calar-se

Convocado para depor amanhã na CPI do Cachoeira, Hrilner Braga Ananias impetrou *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal com pedido de liminar para garantir o direito ao silêncio. Hrilner foi segurança do ex-

-senador Demóstenes Torres, que perdeu o mandato acusado de envolvimento com o grupo de Cachoeira. O nome de Hrilner foi citado em ligações captadas pela Polícia Federal nas investigações da Operação Monte Carlo, que

levaram à prisão de Cachoeira. O ex-presidente do Detran de Goiás Edivaldo Cardoso de Paula, igualmente convocado para amanhã, também entrou com *habeas corpus* no STF, mas o processo segue em segredo de justiça.



O presidente José Sarney recebeu o desembargador fluminense Alexandre de Souza Agra Belmonte, que trouxe convite para sua posse no Tribunal Superior do Trabalho (TST), dia 22. Com ele também será empossado o magistrado gaúcho Hugo Carlos Scheuermann. Belmonte fez carreira nas áreas cível e trabalhista do Rio de Janeiro, onde também atua como professor de Direito e Processo de Trabalho. Tem 53 anos e substituiu o ministro Milton de Moura França, aposentado no primeiro semestre de 2012.

Senado realiza curso sobre equidade de gênero e raça

Começou ontem no Senado um curso de formação para os integrantes do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça. O Legislativo aderiu à iniciativa do governo federal com o objetivo de ampliar a igualdade de oportunidades entre os que trabalham no setor público.

Focado no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas, o curso começou com uma exposição da cientista política Ana Claudia Pereira. As aulas ocorrerão até outubro, às segundas e sextas-feiras, sempre às 9h, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro.

Ana Claudia falou do forte papel desempenhado pelos homens e recomendou ações afirmativas que desmistifiquem conceitos consolidados por gerações.

— Hoje ter marido ou namorado é ser valorizada. Ser solteira e independente não é tão bem visto — disse.

Além do curso, o Senado pretende concluir, até novembro, o mapeamento cadastral do seu corpo funcional levando em conta a

cor e a raça. Estão também previstas iniciativas como o levantamento epidemiológico entre os servidores da ocorrência de doenças ocupacionais, além da realização de cursos a distância sobre gênero e raça.

De fevereiro a julho, foram realizadas várias atividades para aperfeiçoar a igualdade de oportunidades no Legislativo, entre as quais campanha para a obtenção de dados funcionais precisos relativos a cor e raça; oficina de enfrentamento contra o racismo; seminários; e disseminação do programa nas assembleias legislativas.

Idealizadora da adesão do Senado ao programa do governo, Marta Suplicy (PT-SP) afirma que o mundo todo se preocupa com a equidade entre homens e mulheres, “mas não adianta ter preocupação se você não sabe a situação”. Essa é a razão pela qual o Senado tem se dedicado a várias atividades que levarão à identificação de situações que estejam impedindo igualdade de oportunidades no Parlamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

14h Hoje não haverá votação de projetos. A sessão é não deliberativa.

CÓDIGO PENAL: Comissão de juristas

9h Audiência da comissão especial interna destinada a examinar o PLS 236/12, que trata da reforma do Código Penal. Foram convidados integrantes da comissão que elaborou o anteprojeto de reforma do código: o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, que foi o presidente do colegiado; o desembargador José Muiños Piñeiro; e o jurista Luiz Flávio Gomes.

CPI DO CACHOEIRA: Análise de requerimentos

10h15 Reunião da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados para análise de requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Cristovam se desculpa pelas poucas medalhas

Senador afirma que a culpa pelo baixo rendimento do Brasil nas Olimpíadas de Londres é dos políticos, que não transformam as escolas em celeiros de atletas, apesar do 6º maior PIB do mundo

O FRACO DESEMPENHO do Brasil nas Olimpíadas de Londres, na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF), deve-se à falta de qualidade das escolas brasileiras. O senador fez ontem um *mea culpa* em nome dos políticos, que, segundo ele, deveriam ser os responsáveis por transformar as escolas brasileiras em celeiros de atletas.

— Quem tem de pedir desculpas ao povo brasileiro não são atletas, como fez Diego Hypólito. Somos nós, políticos, dirigentes deste país, que não temos investido, ao longo de 50 anos, na educação das nossas crianças para que tenham seu talento identificado e acompanhado — disse.

Cristovam observou que, pelo produto interno bruto



Festa brasileira no encerramento das Olimpíadas de Londres não pode se misturar a otimismo por medalhas, crê Cristovam

(PIB), o Brasil deveria ter sido o sexto país do mundo na classificação geral de medalhas; se a base de cálculo fosse o tamanho da população, o país deveria ter sido o quinto melhor. Segundo ele, a 22ª posição deve-se às falhas da escola, onde os talentos deveriam ser identificados.

— Pela prática desportiva desde idade muito pequena na escola, surgiriam aqueles que demonstram talento. Quase tudo que exige muito talento

exige também a identificação e o acompanhamento. A fábrica de campeões chama-se escola.

O senador comentou os três aspectos que acredita serem pré-requisitos de sucesso nos Jogos Olímpicos: população grande, tamanho do PIB e boas escolas, onde os talentos esportivos são descobertos.

— Nossa vergonha de ter apenas três medalhas de ouro, quando países muito menores e mais pobres do que o Brasil tiveram desempenho

tão melhor, decorre de que nossas crianças não estão na escola com instalações, com tempo, com orientação para praticarem esportes — disse.

Cristovam admitiu a possibilidade de o desempenho brasileiro melhorar nas Olimpíadas do Rio, em 2016, mas advertiu que o país não verá um salto no quadro de medalhas.

— Podemos fazer uma festa até melhor, até por que vamos gastar R\$ 60 bilhões para fazer a Copa, mas, não vai dar tempo



Senador critica as condições das escolas para a prática desportiva

de conseguir um conjunto de atletas em condições de obter muitas medalhas — previu.

Para o senador, o investimento que visa às medalhas olímpicas precisa começar com crianças de 5 anos, que levarão mais 15 anos até disputar competições mundiais.

— Não será na próxima, nem na seguinte, nem na seguinte. Talvez a seguinte, se a gente começasse a fazer hoje, mas ninguém está vendo isso — afirmou o senador.

Aloysio quer agilizar informações

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defende que o Regimento Interno do Senado fixe prazo máximo de cinco dias úteis para a Mesa analisar e decidir sobre requerimentos de informação ao Executivo. A contagem de tempo iniciaria com a leitura da proposição.

A medida é proposta no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 34/12, registrado semana passada. Atualmente não há prazo para o colegiado se manifestar sobre os requerimentos de informação, um dos instrumentos que possibilitam ao Poder Legislativo exercer a fiscalização sobre o Executivo.

Levantamento incluído na justificativa do projeto mostra que, num conjunto de 344 requerimentos examinados pela Mesa, a deliberação ocorreu, em média, 64,2 dias após a apresentação do pedido.

— Em alguns casos, a oportunidade é perdida pela demora na deliberação, o que representa grave problema à eficácia desse instrumento constitucional de fiscalização e uma agressão às prerrogativas



Algumas fiscalizações não acontecem por causa da demora, diz Aloysio

do Poder Legislativo — disse.

Para o senador, o pedido de informações é um instrumento essencialmente político, integrante do conjunto de “freios e contrapesos” que regulam o relacionamento entre os Poderes. Em razão de sua importância, disse Aloysio, são

Tempo de resposta



previstas penas duras para o caso de ausência de resposta.

De acordo com o artigo 50 da Constituição, as Mesas do Senado e da Câmara poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos ministros de Estado ou a titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República — entre os quais, as secretarias ministeriais e o próprio Banco Central, que adquiriu esse *status* no governo Lula.

Um requerimento pode ser utilizado para pedido de esclarecimento sobre eventual denúncia e para requisição de dados visando à verificação dos resultados de determinada política pública, entre outras possibilidades.

A recusa em prestar a informação, ou o não atendimento ao pedido no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas, pode resultar em processo por crime de responsabilidade. Os faltosos ficam sujeitos à perda do cargo e à inabilitação, por certo período, para o exercício de funções públicas.

Mozarildo defende federalização da atenção básica à saúde

Ao registrar ontem a passagem do 12º aniversário do Hospital da Criança Santo Antônio, em Boa Vista, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aproveitou para defender uma espécie de federalização da atenção básica à saúde, com um trabalho mais próximo e efetivo dos técnicos das delegacias estaduais do Ministério da Saúde e de entidades como a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Para ele, os percentuais deveriam ser invertidos, ou seja, a União é quem deveria arcar com os maiores repasses.

— O governo federal devia ser obrigado a gastar pelo menos 15% [do Orçamento]; o estado, 12%; e o município, 10% — avaliou.

Para Mozarildo, se houvesse mais cuidado com a atenção à saúde da criança e da mulher, estariam sendo cuidados 80% dos problemas de saúde de qualquer localidade no país.

Ele também mencionou os



A União deveria arcar com os maiores repasses, segundo Mozarildo

11 anos da inauguração do “leão de Guri”, uma extensão da rede elétrica numa linha que traz energia da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, até Roraima.

A extensão foi um marco na vida de Roraima, disse o senador, mas há alternativas mais simples, como a construção da Hidrelétrica do Cotingo, na Cachoeira do Tamanduá, dentro da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Mozarildo também apresentou voto de aplauso pelo Dia do Economista, ontem.

Projeto prevê fim de salário para vereadores

O fim do pagamento de salário de vereador em municípios com até 50 mil habitantes é o objetivo de proposta de emenda à Constituição (PEC) 35/12, em análise na Comissão de Constituição e Justiça. O texto, de Cyro Miranda (PSDB-GO), foi subscrito por outros 30 parlamentares e, se aprovado, deverá atingir cerca de 90% das câmaras

municipais do país. Além disso, a PEC limita o total da despesa dessas câmaras de vereadores a no máximo 3,5% da arrecadação municipal.

O senador prevê impacto positivo para os cofres públicos dos pequenos municípios. Ele lembra que o número de vereadores no país pode superar a marca de 59 mil nas eleições deste ano.

Prazo de concurso pode vincular-se a nomeações

A suspensão temporária da nomeação de aprovados em concursos poderá interromper a contagem do prazo de validade da seleção. A Comissão de Constituição e Justiça está pronta para votar proposta de emenda à Constituição (PEC 22/11) de Wellington Dias (PT-PI) que dá essa garantia.

Os argumentos apresentados por

Wellington convenceram o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), a recomendar sua aprovação. A proposta mantém o prazo atual de validade dos concursos públicos: até dois anos, prorrogáveis uma vez pelo mesmo período. Mas interrompe essa contagem enquanto vigorar o ato administrativo de suspensão temporária das nomeações.

Perícia médica: você pode precisar

Exame feito por médicos peritos para avaliar a incapacidade para o trabalho e permitir a concessão de benefícios como o auxílio-doença enfrenta problemas como procura excessiva e quadro reduzido de profissionais. *Especial Cidadania* explica ao segurado como proceder, que documentos levar e o que esperar do serviço oferecido pelo INSS

Pedro Pincer

AValiação Médico-Pericial É o nome oficial do exame a que todo segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve se submeter para se beneficiar dos vários auxílios da Previdência Social. As principais finalidades são atestar a incapacidade laborativa, que permite a concessão do auxílio-doença ou auxílio-acidente (para acidentes de trabalho), e verificar a invalidez visando à aposentadoria.

Para desafogar a excessiva demanda por esse tipo de exame, o INSS adotou em junho, em três gerências no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo), a perícia médica eletrônica, que deverá ser estendida a todo o país em prazo não definido.

Funciona assim: no caso de afastamento do trabalho por até 60 dias, o segurado pode recorrer a um médico de sua preferência, desde que esse tenha certificação digital fornecida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM).

O médico deverá enviar eletronicamente o resultado ao INSS e o segurado só irá a uma agência da autarquia para assinar o termo de benefício.

A intenção é alcançar de 12% a 15% das perícias realizadas em todo o país. São Paulo,

Pará e região Sul são os pontos nevrálgicos de problemas nessa área.

O INSS realiza cerca de 30 mil perícias diárias no país e tem, no papel, 4.500 peritos. Mas um número significativo de profissionais está em funções burocráticas ou cedidos para outros órgãos públicos.

Para melhorar o serviço, o INSS fixou metas de 15 avaliações diárias por perito e 70% dos médicos trabalhando com a população. O percentual deve chegar a 85% em um segundo momento.

Para Clarissa Bassin, diretora do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), as propostas do INSS colocam sobre os ombros dos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), responsáveis pela maior parte dos atendimentos dos segurados da Previdência Social, uma responsabilidade que não lhes compete.

— Há médicos especialistas [peritos]. É uma carreira federal que, por conta do congelamento de salários, desde 2008, e das condições de trabalho muito inadequadas, foi tendo seus quadros esvaziados.

Clarissa considera complicada a eficácia da perícia eletrônica. Ela diz, por exemplo, que o *site* da Previdência é difícil de acessar e os postos não têm internet.

Pedro Franco/Agência Senado



Agência da Previdência no Gama (DF): grande número de peritos está em funções burocráticas

Debate no Senado revelou 102 agressões a peritos desde 2008

Médicos peritos do INSS e representantes da categoria participaram, em 14 de junho, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado para pedir melhores condições de trabalho e mais segurança.

A reunião foi marcada nessa data para simbolizar o aniversário de cinco anos da morte do perito José Rodrigues, de Patrocínio (MG), baleado por um segurado dentro do consultório. Desde

2008, foram relatados 102 casos de agressão.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência (ANMP), Geilson Oliveira, eles trabalham em condições difíceis, sendo constantemente ameaçados. Oliveira estima que o país precise de 6 mil peritos — hoje são 4.500.

O debate foi conduzido pelo vice-presidente da CDH, Paulo Davim (PV-RN), que é médico perito.

Saiba mais

Agendamento eletrônico de perícias:

<http://bit.ly/agendamentoEletronico>

Manual de Perícia Médica da Previdência Social:

<http://bit.ly/manualPericia>

Perguntas e respostas sobre perícia médica previdenciária:

<http://bit.ly/periciaMedica>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Exame leva em conta o problema e a atividade dos segurados

A relação entre o médico perito e o segurado é diferente da relação médico-paciente comum. A atividade se limita a diagnosticar os sintomas e emitir parecer acerca da capacidade de trabalho, sem prescrever tratamento.

O perito avalia os casos individualmente. Muitas vezes, o problema que incapacita uma pessoa para um trabalho não a incapacita para outra atividade. O exame leva em consideração o tipo de enfermidade e a natureza da atividade exercida. A conclusão é feita com base na legislação, na análise dos exames apresentados e no resultado da perícia.

No caso do auxílio-doença, o médico perito determina a duração do benefício. O segurado que não se considerar em condições de retornar ao trabalho, ao final do prazo estipulado, poderá requerer um pedido de prorrogação, a partir de 15 dias antes da data prevista para o término

do benefício — mas será submetido a nova perícia.

Se o médico conclui que o segurado não está incapaz para o trabalho, não está dizendo que a pessoa não está doente. Está afirmando que, naquele momento, o segurado não demonstrou incapacidade para as atividades declaradas.

A constatação da incapacidade depende da gravidade da doença ou lesão e da atividade do segurado. Exemplo: uma epilepsia impede o trabalho de um motorista profissional, mas pode não ser incapacitante para um trocador de ônibus.

Ao fim do exame, o médico preenche o laudo de perícia (*veja resultados possíveis no quadro ao lado*) e encaminha ao setor administrativo. Se o segurado discordar do parecer, poderá apresentar requerimento de reconsideração (novo exame por outro médico do INSS), recurso administrativo ou ação previdenciária contra o INSS.

Resultados

No caso da verificação da incapacidade para fins de concessão de benefícios, o perito médico tem cinco possibilidades de conclusão de seu exame:

- 1 Não há incapacidade para o trabalho.
- 2 Há incapacidade por um prazo definido, ao fim do qual o segurado deverá retornar ao trabalho ou, se ainda se sentir incapacitado, solicitar nova avaliação pericial em exame de prorrogação ou pedido de reconsideração, de acordo com a data do primeiro requerimento.
- 3 Trata-se de incapacidade por doença ou lesão de evolução prolongada e incerta, devendo haver reexame após um prazo de 2 anos.
- 4 Há incapacidade definitiva para a atividade, devendo ser encaminhado para reabilitação profissional.
- 5 Há incapacidade definitiva para o exercício, devendo ser concedida aposentadoria por invalidez. Nesse caso, há previsão legal de reexames periciais a cada 2 anos para verificação da persistência da incapacidade que motivou a aposentadoria.

Veja como pedir o auxílio-doença, que corresponde a 91% do salário

Para requerer o benefício, o segurado deverá comparecer ao posto do INSS mais próximo de sua residência. O valor do auxílio-doença corresponderá a 91% do salário de benefício, não podendo ser inferior a um salário mínimo e nem superior ao limite máximo do salário de contribuição.

O benefício será pago até a recuperação da capacidade para o trabalho, comprovada pelo médico perito do INSS, ou pela transformação em

aposentadoria por invalidez. Se o perito não atestar incapacidade para o trabalho, o segurado poderá marcar, no mesmo dia, nova perícia, com outro médico e, caso também não seja atestada a incapacidade, poderá haver recurso para a junta de recursos do INSS.

Se o segurado estiver impossibilitado de dar entrada, pais, companheiro ou outro representante poderão fazê-lo. Deverão ser apresentados os documentos abaixo.

Documentação necessária

SE EMPREGADO

- ✓ Atestado médico
- ✓ Carteira de trabalho (se possuir)
- ✓ Carteira de identidade
- ✓ CPF, PIS-Pasep (se possuir)
- ✓ Comprovante de residência
- ✓ Relação dos salários de contribuição, a ser fornecida pela empresa, que informa também a data do afastamento do trabalho em formulário próprio do INSS

SE AUTÔNOMO, FACULTATIVO, EMPREGADO DOMÉSTICO, ETC.

- ✓ Atestado médico
- ✓ Carteira de trabalho (se possuir)
- ✓ Carteira de identidade
- ✓ CPF, PIS-Pasep (se possuir)
- ✓ Comprovante de residência
- ✓ Apresentar os carnês de contribuição originais
- ✓ Original e cópia do comprovante de inscrição de segurado